

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 028

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## *Representação Partidária*

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 008ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE MARÇO DE 2001**

*(quarta-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezessete horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moisés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 657**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a preferência para discussão e votação da Proposição n 023/01, item 04 da Ordem do Dia, da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) RICARDO MAIA

**REQUERIMENTO Nº 658**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das Proposições constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, itens 01,02 e 03.

Sala das Sessões, em 28.03.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação da Proposição n 023/2001, item 04, da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, itens 01, 02 e 03. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência e votação, acima aprovado:

**ITEM 04**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição n 023/2001, veto aposto ao Projeto de Lei n 009/99, de autoria do deputado Angelo Vanhoni, que institui o programa estadual de incentivo a cultura, regulamentando o P.U. do Art. 190 da Constituição Estadual, criando o Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural. **COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

**Ofício:**

OF/CTL/SEEG Nº 006/2001

Curitiba, 11 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n 301/00, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida

pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 009/99, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o Programa Estadual de Incentivo à Cultura e criação do Fundo Estadual de Cultura, instituição, definição de estrutura, composição e competência de órgão colegiado denominado “Comissão Estadual de Desenvolvimento Cultural”, bem como adoção de outras disposições pertinentes ao assunto.

O projeto de lei em causa não mereceu sanção tendo em vista pronunciamentos expendidos pelos órgãos técnicos competentes do Poder Executivo, os quais consideram a medida inconstitucional nas disposições que tratam do Fundo Estadual de Cultura, porque prevendo vinculação de recursos oriundos da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, afronta o preceito contido no art. 167, inciso IV, da Magna Carta, reproduzido no art. 135, inciso IV, da Constituição Estadual.

Ainda, em relação aos recursos financeiros para execução do Programa de Incentivo à Cultura, vale destacar o fato de que o pretendido incentivo fiscal fere a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) que considera “não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público”, situações como a que consta do projeto de lei ora vetado.

Outras disposições foram vetadas porque tornaram-se contrárias ao interesse público, em vista de estreita dependência com as partes vetadas por inconstitucionalidade e também pelo fato de que outras não teriam exequibilidade de forma isolada, razão pela qual seria incabível utilização de vetos parciais.

Esses motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

**(O Projeto de Lei nº 009/99 encontra-se publicado no D.A. nº 190/2000, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO Nº 023/2001

P A R E C E R :

Veto apostado ao Projeto de Lei nº 009/99, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni.

Analisando o veto governamental apostado ao Projeto de Lei nº 009/99, sob nº 23/2001, esta Comissão de Constituição e Justiça, entende estar o mesmo em condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

### **Em votação.**

Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados senhoras e senhores convidados aqui presentes, antes de expor algumas razões do pedido da aprovação deste projeto, gostaria de relatar a presença de algumas entidades que estão presentes hoje aqui neste recinto para acompanhar a votação do presente projeto.

- Sindicato dos Artistas e Técnicos em espetáculos e diversões;

- Liga Ambiental;

- Associação dos Produtores Independentes de Música;

- Casa da Cultura da Universidade Estadual de Londrina;

- Fórum de Cultura de Londrina;

- Movimento estudantil de Teatro Amador;

- Diretório Central de Estudantes da Universidade de Londrina;

- Associação de Compositores do Paraná;

- Sindicato dos Jornalistas do Paraná;

- Associação da Preservação da Cultura Cigana;

- Associação de Cinema e Vídeo do Paraná;

- Associação dos Profissionais de Cinema e Vídeo do Paraná;

- Sindicato dos Produtores e Empresários de Espetáculos e Diversões;

- Associação dos Secretários de Cultura - de 28 municípios do Paraná;

- Associação dos Artistas Plásticos do Paraná;

- Associação dos Produtores de Artes Cênicas.

Senhores deputados, em todo o Brasil algum esforço foi feito tanto pelas Câmaras de Vereadores como pelas Assembléias Legislativas para adotar os Estados e cidades, alguma legislação que amparasse um pouco a produção cultural em territórios em território brasileiro.

Desde quando o governo do Fernando Collor cometeu um desatino do ponto de vista de política cultural e destruiu algumas instituições de suporte nacional, este movimento foi tomado conta primeiramente em algumas cidades.

A cidade de São Paulo foi uma das pioneiras que constituiu uma legislação chamada Lei de Incentivo à Cultura, hoje chamada Lei Mendonça.

Este mesmo vereador que apresentou o Projeto na Câmara municipal de São Paulo, recentemente e atualmente a secretária de Cultura de São Paulo, pela segunda gestão no governo Mário Covas e agora no governo atual, encaminhou a Lei de Incentivo Estadual à Cultura, no Estado de São Paulo.

Este movimento de leis municipais aconteceu nos últimos dez anos, nas grandes cidades do território nacional. No Paraná, alguns exemplos: a cidade de Foz do Iguaçu, tem uma Lei de Incentivo à Cultura. A cidade de

Maringá tem, de Londrina tem, Curitiba, Paranaguá e outras cidades também possuem uma legislação que trata do incentivo à Cultura com base no ISS e com base no IPTU, contribuição dos cidadãos de cada município.

A nível de Estado, hoje, das unidades da Federação, nós temos 18 Estados que têm legislação de apoio à cultura permanente, mais ou menos com algumas semelhanças ou algumas pequenas diferenças como esta que está tramitando aqui na Casa, há mais de quatro anos.

O governo federal tem uma legislação, no entendimento do governo Fernando Henrique Cardoso que precisa de um instrumento jurídico que mantenha de alguma forma, uma pequena parte de recursos para fomentar a cultura a nível nacional, que é baseada no Imposto de Renda das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas em território nacional.

A apresentação desse projeto, tem tido ao longo dos anos, uma discussão muito profunda como o setor cultural no Estado do Paraná. A contribuição da experiência de algumas cidades - como a cidade de Curitiba, como Fórum de Cultura da nossa cidade, o Fórum de Cultura de Londrina, o -pessoal de Cascavel que trabalha com cinema, enfim, artistas e produtores culturais, dos mais variados setores da produção cultural do nosso Estado, contribuíram de alguma forma para que este projeto tivesse a cara, a expressão que ele está colocado hoje em votação na nossa Casa de Leis.

No entanto, para nossa surpresa, primeiro uma grande satisfação porque este projeto transcedeu a questão partidária e há alguns meses atrás este projeto foi aprovado por unanimidade da Assembleia Legislativa na 1ª e na 2ª discussão. Então a importância da cultura de certa maneira ficou um pouco presente para o conjunto dos deputados da Assembleia Legislativa. O governador vetou o projeto e a base fundamental da argumentação do governo do Estado é o vício de origem. E é correto. Sou sincero em dizer que o vício de origem existe. Porque as questões financeiras retiramos do projeto. O governo não estará obrigado a, amanhã, ou nem depois de amanhã, a fazer nenhum desengaço do governo do Estado para a cultura se não tiver o decreto regulamentador. Transferimos isso para o Poder Executivo. Então não depende mais da Assembleia em impor um desengaço de verbas ao governo do Estado sem que o Poder Executivo tenha o seu aceite. Quer dizer, quem vai determinar o percentual será o Poder Executivo. Então o setor cultural entendeu de que, diante das dificuldades financeiras do Estado, a abertura para que o Poder Executivo - no decreto regulamentador - expresse quanto o Estado do Paraná, nesses próximos 8 meses, dispor para ajudar a cultura em todo o Estado do Paraná. Ajudando a construir aquilo que mais ou menos nós gostaríamos de chamar de identidade aberta da construção cultural do nosso Estado ou do nosso povo.

O argumento do vício de origem da constitucionalidade ele tem uma razão constitucional, porque as Assembleias Legislativas são impedidas de legislar

quando se trata de recursos financeiros, de impostos, essas coisas, a não ser que a iniciativa seja do governador. Pois bem, a Lei Mendonça em São Paulo que existe até hoje, é de iniciativa da Câmara de Vereadores. As leis estaduais, 80% que existem até hoje no Brasil inteiro são de iniciativa das Assembleias. Não que a Constituição mudou, mas ao longo do tempo se criou uma jurisprudência, enfim, a sociedade, a sociedade civil foi entendendo a importância e o Poder Legislativo e os próprios Poderes Executivos e esse critério constitucional de certa maneira foi deixado de lado. Aqui temos algumas experiências no Estado do Paraná nesse sentido. O governador fez um projeto nesses últimos anos de industrialização do Estado, temos algumas críticas em relação ao projeto. Mas a industrialização é importante e sou a favor de incentivos, sempre disse isso. Como a lei autorizatória de incentivos oriunda da Assembleia Legislativa. Todos os benefícios fiscais estão consignados na lei do deputado Anibal Khury. Que é uma lei nossa.

O deputado Cartário, recentemente, modificou a base de alíquota de ICMS do governo do Estado para socorrer as estradas, para socorrer a Secretaria de Transporte. Com uma lei oriunda aqui da Assembleia Legislativa. E o governo do Estado sancionou. São 70 milhões/ano que o deputado Nelson Justus terá - para socorrer as estradas não pedagiadas, com base em descontos de ICMS do álcool da gasolina e do óleo diesel que vão fazer um caixa fazer um caixa na Secretaria de Estado.

Então é um apelo que faço aos senhores secretários, que diante do mérito, da importância de um projeto desta envergadura que vai beneficiar, perenemente, a sociedade paranaense, que os deputados ajudem a derrubar o veto. Acho que o governador talvez de uma forma precipitada - sabemos como é a rotina de um governador de Estado. O governador Jaime Lerner tem um profundo apreço pelas questões culturais, é um homem que tem sensibilidade, foi o prefeito que sancionou quando eu era vereador, que é a Lei de Incentivo à Cultura da nossa cidade de Curitiba. Tenho a impressão de que o veto muito mais foi fruto de uma assessoria, de um assessor e o governador na hora de assinar talvez não tenha percebido a importância da matéria que estava sendo vetada.

É com este objetivo que gostaria que a Assembleia corrigisse uma luta de muitos anos que o setor cultural do Paraná inteiro vem fazendo, que a Assembleia Legislativa derrube o veto do governador. E gostaria de expressar a opinião não somente das entidades aqui presentes que lutam pela manutenção desta lei, mas por vários, talvez pela Assembleia Legislativa. Se o veto for derrubado e se a lei estiver vigorando nós estamos, qualquer correção no projeto de lei que precise ser feita no entendimento da Casa Civil no entendimento da Secretaria de Cultura, no entendimento do secretário da Fazenda, Ingo Hübert, eu e o conjunto da Casa estamos abertos para fazer qualquer alteração que seja necessário na semana que vem, daqui a dez dias, antes de que a lei passe a ter o seu corpo regulamentado de uma forma mais efetiva. É

esse espírito que nos move na busca da aprovação deste projeto e na derrubada deste veto. Agradeço aos senhores deputados em nome das entidades que representem os setores culturais do Estado do Paraná.

Nós pedimos a aprovação e a derrubada deste veto.  
**(Tumulto no Plenário)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito as nossos ilustres visitantes que possibilitem a votação do veto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o deputado Vanhoni, expressou tudo o que se pensa, acho que não há razão de encaminhamento mais. Eu só queria pedir a Vossa Excelência, até porque a Casa nos últimos dias tem tido alguns tumultos de divisões de pensamentos, que Vossa Excelência determinasse com o rigor necessário de que o veto secreto fosse secreto, que não se usasse o expediente de deixar aberta a cortina, não ficasse no corredor polônês tentando conferir voto, mas Vossa Excelência fizesse com que o voto fosse efetivamente secreto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Caíto Quintana, já na última votação nós determinamos que deverá se dirigir à cabine somente o deputado votante. os demais deverão ficar em seus lugares.

O SR. MOISÉS LEÔNIDAS (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu queria rapidamente aqui até cumprimentar o deputado Ângelo Vanhoni, cumprimentar o secretário de Cultura de Londrina, o Pelegrini, o Alcides Carvalho, ex-secretário de Cultura, e deixar já consignado aqui a nossa posição favorável a esta questão. Iniciei a minha carreira pública lá como secretário de Cultura de Londrina e dizer ao deputado Ângelo Vanhoni que trabalhamos muito nesta questão para fazer um polo cultural em Londrina, fazer com que o município assumisse a responsabilidade de dividir algumas coisas.

E acho e disse agora há pouco numa entrevista - que a cultura de um povo a gente mede pelo amor a arte e eu não posso admitir que o Paraná, um Estado emergente, tido como emergente, que fiquemos à margem desta questão de elevar o nosso conhecimento para até além não só do Paraná, mas também com relação ao resto do mundo.

Curitiba é uma cidade cantada em verso e prosa por todos os lugares que a gente vai, como uma cidade cultural e não pode o governo ficar de fora.

Então, para ser curto e grosso, quero dizer que vocês podem contar comigo, até por convicção pessoal.

O SR. BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Olha, eu não vou encaminhar, somente vou declarar meu voto e pedir o voto - vote não, vote a favor da cultura do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, como líder do PDT nós não só votamos pela cultura do Paraná, mas pelo futuro do Paraná votando não no veto do governador, eu e o deputado Eli Ghellere.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (**Para Encaminhar**)

Apenas para declarar o meu voto a favor do projeto do deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ALGACI TULIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, os companheiros da cultura já sabem a posição do deputado Algaci Tulio há muitos anos, mas eu quero encarecer aqui aos companheiros da Bancada do PTB que em nome do nosso partido que tem no seu estatuto também um aparte dedicado a cultura, a classe cigana que também está aqui presente neste momento a quem temos um grande respeito para que votem também não ao veto.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Registrado o veto favorável à cultura, do deputado Cezar Silvestri e Marcos Isfer, da Bancada do PPS.

**(Aplausos)**

O SR. TONY GARCIA

Para Encaminhar, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Quero fazer um pedido a todos os integrantes do PPB, que votem em favor da cultura. A cultura é importante para o Paraná. Esse é um momento histórico para derrubarmos esse veto. Voto contra o veto do governador.

**(Aplausos)**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Para Encaminhar, senhor Presidente?

**(Assentimento)**

É desnecessário dizer ao Paraná e a todos aqueles que estão aqui, que nós, das Oposições somos favoráveis ao projeto do Vanhoni e somos contra o veto apostado, pelo governador Lerner. A nossa posição é muito clara. Em favor da cultura e contra o veto do governador.

**(Aplausos)**

O SR. HERMES FONSECA

Pela Ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos nossos ilustres visitantes, que se mantenham sem manifestação.

O SR. HERMES FONSECA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria, neste momento, dizer que é um orgulho muito grande, para a Bancada do Partido do Trabalhadores ter o deputado Ângelo Vanhoni, como autor da Lei de Incentivo à Cultura. Queria, neste

momento, registrar que o voto da deputada Luciana Rafagnin, do deputado Irineu Colombo e o meu voto, logicamente, junto com o voto do deputado Ângelo Vanhoni, somos pela derrubada do veto e a favor da cultura do Paraná.

**(Aplausos)**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Pela Ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Senhor presidente, faço aqui o encaminhamento, em nome da Bancada do PSDB, dos deputados Renato Gaúcho, Beraldin, Luiz Fernando Litro, José Maria Ferreira e desse que vos fala, deputado Augustinho Zucchi, a favor da cultura do Paraná e do projeto do deputado Ângelo Vanhoni. E contra o veto do governador.

Muito obrigado.

**(Aplausos)**

O SR. CAÍTO QUINTANA

Para Encaminhar, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Rapidamente, para registrar que a Bancada do PMDB, com todos os seus integrantes, que estão aqui presentes, juntamente com os demais partidos, em uma demonstração que suprapartidariamente, à cultura, aqui, está no seu auge. Cultura não tem partido. Todos os partidos estão se declarando favoráveis à derrubada do veto.

**(Aplausos)**

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Para Encaminhar, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Senhor presidente, com a mais absoluta tranqüilidade, tenho me colocado sempre em favor do governo do Estado do Paraná. jamais utilizei do expediente de galeiras cheias, para fazer qualquer tipo de pronunciamento, em favor ou contra o governo do Estado. Quero dizer a Vossa Excelência, que em respeito ao projeto do deputado Ângelo Vanhoni, vamos acompanhar o seu projeto de incentivo à cultura.

**(Aplausos)**

A SRA. SERAFINA CARRILHO

Pela Ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Senhor presidente, em nome do PL, também somos favoráveis.

**(Aplausos)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos iniciar o processo de votação. O nosso 1º secretário, deputado Valdir Rossoni fará a chamada dos senhores deputados.

O SR. RICARDO CHAB

Para Encaminhar, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Houve inversão da ordem do veto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Houve inversão. Foi aprovado o requerimento, formulado pelo deputado Ricardo Maia e devidamente aprovado.

O SR. RICARDO CHAB (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, eu sei que o deputado Algaci Tulio já falou, dos votos dos deputados do PPB, que são favoráveis à derrubada do veto. Só quero revelar o meu, que também vai acompanhar, naturalmente, o voto do PPB.

**(Aplausos)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos senhores deputados que permaneçam em seus lugares. Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à Chamada Nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

**(Procede à Chamada Nominal dos senhores deputados)**

Votaram 49 senhores deputados.

Ausentes 05 senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou solicitar ao deputado Algaci Tulio, Toni Garcia e Cleiton Kielse para escrutinarem os votos sobre o veto do item 4.

Votaram 49 (quarenta e nove) senhores deputados.

Pela manutenção do veto: 15 (quinze) senhores deputados.

Pela derrubada do veto: 34 (trinta e quatro) senhores deputados.

**Está aprovado o projeto.**

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, acima aprovado, passaremos o restante da matéria, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

# ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 065/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 551/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Almirante Tamandaré. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 176/2000

Curitiba, 05 de setembro de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 127/2000, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 551/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 551/99 encontra-se publicado no D.A. nº 158, de 04.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 065/00

## P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 551/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar Delegacia da Mulher no município de Almirante Tamandaré.

Chamada esta comissão a se manifestar e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de Parecer Favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 02**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 066/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 239/99, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que objetiva tornar obrigatória a inclusão da disciplina "Cidadania" no currículo das escolas estaduais. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEEG Nº 177/2000

Curitiba, 05 de setembro de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 128/2000, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 239/99, por julgá-lo contrá-

rio ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir a disciplina "Cidadania", no currículo das Escolas de 1º Grau, do Sistema Estadual de Ensino.

O projeto de lei em referência foi vetado em razão do adiante transcrito pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, considerando a medida contrária ao interesse do ensino:

"Acusamos o recebimento da correspondência datada de 17.08.2000, mediante a qual essa Secretaria do governo solicita pronunciamento desta secretaria, com respeito ao Projeto de Lei nº 239/99, aprovado pela Assembléia Legislativa do Paraná que institui a disciplina "Cidadania" no currículo das escolas de ensino fundamental do Sistema Estadual de Ensino.

Com referência ao referido projeto, temos a informar que, desde o advento da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - esta Secretaria vem reestruturando os currículos, incluindo os "Temas Transversais", sugeridos nos Planos Curriculares Nacionais. Assim, "cidadania" é parte integrante dos "Temas Transversais", que podem ser enfocados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e são campos do conhecimento e, desta forma, professores das diferentes áreas podem incluir em seus programas curriculares questões sociais - como é o caso de "Cidadania" - em uma abordagem interdisciplinar e contextualizada.

Informo-lhe que, pelo Ofício GS/SEED nº 1669/99, de 31/05/99..., dirigido à Liderança do Governo, na referida Casa de Leis, esta Secretaria manifestou-s desfavoravelmente em relação ao mesmo, com base no Parecer nº 69/99, do Departamento de Ensino Fundamental/SEED,...

Cumpre-nos, ainda, salientar que a Lei nº 9384/96, acima citada, no Artigo 34, determina que a educação básica nos níveis fundamental e médio, tenha a carga horária mínima de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Temáticas de interesse geral da base nacional comum, isto é, das disciplinas do núcleo comum, com língua portuguesa, história, geografia, física, química, biologia e matemática, que ocupam essa carga horária mínima obrigatória.

Pelo exposto, opinamos contrariamente à sanção do referido Projeto de Lei nº 239/99, da mesma forma como o fizemos anteriormente, através do Ofício acima mencionado".

Esses os motivos que me levaram a vetar projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 239/99, encontra-se publicado no D.A. nº 091/2000, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 066/2000

**P A R E C E R :**

A presente Proposição-Veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 239/99, de autoria do deputado Renato Gaúcho, que objetiva tornar obrigatória a inclusão da disciplina “Cidadania”, no currículo das Escolas Estaduais do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de Parecer Favorável ao encaminhamento ao plenário.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 03**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 015/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 081/2000, de autoria do deputado Péricles de Mello e outros. Que autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, no Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais. **COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/SEEG Nº 037/2001

Curitiba, 16 de janeiro de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 289/2000, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 081/2000, por inconstitucionalidade, porque, vinculando recursos do ICMS a “fundo ou despesa”, fere o artigo 135, inciso IV, da mesma Constituição e, ainda, porque desatende Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**(O projeto de Lei nº 081/2000 encontra-se publicado no DA nº 019, de 21.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 15/2001

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 037/2001, de autoria do deputado Péricles de Mello e outros, autoriza o Poder Executivo a instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais.

O projeto vincula recursos do ICMS para a consecução dos fins a que se propõe e, ao fazê-lo, incorre em inconstitucionalidade por afrontar o artigo 135, IV da Constituição Estadual que proíbe “a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundos ou despesas...”. Sobremais, desatende, ainda a LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Justificado pois o veto do Excelentíssimo senhor governador do Estado.

Por tal razão, meu Parecer é Favorável à apreciação do Veto em Plenário.

Sala das Comissões, em 13.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

**O SR. CHICO NOROESTE (Pela Ordem)**

Para registrar a presença dos secretários do município de Foz do Iguaçu, Luiz Alberto Volp e Sergio Caimi, secretário de Obras e Meio Ambiente respectivamente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito ao 1º Secretário fazer a Chamada Nominal para votação em bloco.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)**

O senhor 1º Secretário procede a Chamada Nominal.

**(É feita a contagem dos votos para o resultado)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Antes do resultado da votação, a Mesa quer informar que esta Presidência tomou uma decisão juntamente com o Líder da Oposição - deputado Waldyr Pugliesi e com o Líder da Situação e do Governo - Durval Amaral, que todos os requerimentos deverão ser encaminhados em 3 vias para a Mesa a partir de amanhã. Uma cópia ficará na Mesa, uma para o Líder da Situação e uma para da Oposição para que não se tenha mais dúvidas em termos de requerimentos.

Participo aos senhores deputados que após o anúncio da votação nós teremos por solicitação do deputado Irineu Colombo e aprovado pelo Plenário no dia 20 de março de 2001, vamos ouvir o Conselheiro da Associação Paranaense dos Servidores Públicos, o senhor Antonio da Silva de Paula, o Antonio Pascoal.



Depois de anunciarmos o resultado nós vamos convidar então o senhor Antonio da Silva de Paulo para que possa usar a Tribuna por quinze minutos.

**(Pausa)**

Pela manutenção dos vetos - vinte senhores deputados.

Pela derrubada dos vetos - vinte e seis senhores deputados.

Um voto em branco.

**Ficam mantidos os vetos.**

Solicito ao senhor Antonio da Silva de Paula para se dirigir a nossa tribuna para usá-la por quinze minutos. Informo aos senhores deputados que durante esses quinze minutos não poderá ser concedido aparte.

**O SR. ANTONIO DA SILVA DE PAULA**

Excelentíssimo senhor presidente, deputado Her-  
mas Brandão, Excelentíssimos senhores deputados,  
deputado Colombo, obrigado pelo espaço, caros deputa-  
dos, senhoras, senhores, obrigado, agradecemos anteci-  
padamente pelo espaço que nos é concedido para que  
possamos falar e trazer ao conhecimento dos senhores e  
do público algumas informações.

Quero saudar também aos nossos amigos de longa  
data, Luiz Carlos Martins, Tulio, que tivemos oportuni-  
dade de trabalhar em outras épocas.

Eu sou Antonio da Silva de Paula, como já anunci-  
aram, sou conselheiro dos Servidores Públicos do Estado  
do Paraná, uma entidade que congrega 55 mil associados.  
Ela é reconhecida de utilidade pública e é uma entidade  
também oficial pelo artigo 342 do estatuto dos servidores  
públicos do Estado do Paraná, portanto, é de interesse de  
toda a classe dos servidores públicos.

Já de há muito tempo nós reclamamos e vínhamos  
acompanhando algumas irregularidades e temos tentado  
falar no espaço lá da entidade e não foi possível, razão  
porque solicitamos aqui a gentileza dos senhores e a paci-  
ência em nos ouvir.

Inicialmente vamos falar aqui das várias irregulari-  
dades sintetizadas para tomar o mínimo que puder de  
espaço dos senhores que é muito precioso. A entidade já  
em 1990 rompeu um contrato com a empresa... num ter-  
reno que ela tem em Foz do Iguaçu de 26 mil metros qua-  
drados e veio na luta e perdeu esta ação por má  
administração da ação. Teve que indenizar a empresa,  
com 14 lotes valorizados no Balneário de Santa Catarina.  
E não pararam aí as perdas da entidade.

Ela rompeu também unilateralmente um contrato  
com a Columbia Promoções de Vendas, uma entidade  
que cuidava do seguro e de corretores de agenciamento  
de novos associados.

Todas essas ações de que estamos falando, algu-  
mas ela já perdeu, algumas ela já pagou e outras perdeu  
em primeira instância. Mas o que assusta são os valores  
muito elevados dessas ações. Quatorze lotes são nada aí  
por perto de quase 30 mil reais. Essa ação que perdeu

para a Columbia, em primeira instância: três milhões de  
reais.

Por calúnia, difamação e injúria, contra o ex-presi-  
dente, senhor Ivan Assad, a atual diretoria, que é coman-  
dada pelo senhor Brasil Paraná de Cristo, em uma ação  
que teve a sentença, em agosto do ano 2.000, perdeu e foi  
condenada a um milhão, cento e vinte e cinco mil reais.  
Somando isso aí vai a quase cinco milhões de reais, que  
ela está perdendo, em ações sucessivas, por má adminis-  
tração da entidade.

Estamos falando aí e os senhores já ouviram falar e  
os associados também, que está sendo construída uma  
piscina térmica. Essa também tem a sua história, um con-  
trato que foi assinado, em meio do ano passado, por  
R\$953 mil - esse contrato foi assinado em fevereiro do  
ano passado. No ano anterior de 99, já foi sacado por  
conta desse contrato R\$112 mil, o que leva para um  
milhão e tanto o valor dessa piscina - é uma super-valori-  
zação dessa construção.

Temos ainda um salão de beleza, que foi montado  
dentro das dependências do ginásio de esportes, de Santa  
Quitéria. É uma salinha de mais ou menos 3x4, onde foi  
colocado azulejo, duas cadeiras de barbeiro, um espelho.  
Fizemos o levantamento, coisa em torno de cinco mil  
reais. Mas o valor que está no balancete é de trinta e três  
mil, 356 reais, para ser mais preciso. É um super-fatura-  
mento, flagrante que está no balancete.

Todas essas coisas de que estamos falando aos  
senhores estão, aqui, comprovadas. Não cometeríamos a  
leviandade de, em respeito aos senhores e aos associados,  
vir falar, aqui, ocupar esse valiosos espaço dos senhores e  
falar coisas que a gente não pode provar. Tudo o que esta-  
mos falando está aqui, está à disposição dos senhores,  
podem nos convidar para debates. São coisas de que esta-  
mos falando das mais pura seriedade e da mais alta res-  
ponsabilidade, nas colocações que estamos fazendo.

Como se não bastassem esses valores que falamos,  
existe também furto nos caixas, da entidade - coisa com-  
provada. Estou falando de roubo, de furto. É coisa muito  
séria. De acordo com o boletim nº 552, do 1º Distrito, do  
comunicado um roubo no caixa. Não se sabe quanto, não  
se sabe quando e não dão detalhes. Simplesmente regis-  
traram e os senhores poderão verificar, registraram em um  
boletim, muito simples e os associados não sabem nada  
disso. Isso está no boletim registrado não tem valor, não  
tem nada. Quanto foi que roubou. Como roubou. Não se  
sabe. É o terceiro que acontece no caixa, sem que se dê  
valor a isso.

As omissões: a diretoria encaminhou para o conse-  
lho da entidade, comunicação e roubo: "Olha tem que ver  
um roubo no caixa. Tem que ver um roubo na contabili-  
dade." E mesmo assim os conselheiros, a maioria deles,  
aprovaram esse balancete, com essas diferenças, com  
esses roubos. É um perigo isso daí.

Estamos denunciando, porque o artigo 25 dos esta-  
tutos chama à responsabilidade ilimitada dos conselhei-  
ros e também da diretora e de todo o mundo, porque

responde com o seu patrimônio se não tomar providência nisso, razão porque eu estou tomando esse tempo dos senhores para dizer que não concordamos e estamos fazendo uma denúncia pública disso que está acontecendo. Gastos exagerados com veículos, para os senhores terem idéia, sessenta, sessenta e cinco mil por ano com combustíveis, são cinco veículos, é excessivo, é escandaloso. Honorários com advogados, gasta mais de quatorze mil por mês com advogados, e que é lamentável, um dos advogados é sócio do filho do presidente, isso é um exagero. Nós também teríamos que trazer ao conhecimento dos senhores.

São irregularidades como essa que foram denunciadas por cento e dezessete associados no protocolo 4982, denunciando superfaturamento de obras, denunciando irregularidade no seguro, denunciando obras construídas sem autorização, uma série de outras coisas.

E tanto esse que vos fala, como alguns conselheiros e companheiros, ao denunciar isso aí temos recebido ameaças, e alguns deles até recorrido aí à denúncia na Polícia para que essas coisas não se concretizem e que seja tomado providência. Mas não é tentando nos intimidar que nós vamos deixar de denunciar, a verdade tem que ser mostrada até sob pena de responsabilidade. Nós temos as provas.

A justiça determinou agora através de um acórdão pelo Tribunal de Justiça do Paraná, com maioria absoluta, que se fizesse uma devassa na contabilidade da entidade através do processo 1500, e que teve esse acórdão com a determinação do Tribunal de Justiça.

A gente espera que essas verdades apareçam e nessa medida cautelar, de antecipação de provas, possa se fazer uma ação que se traga a responsabilidade da Diretoria Executiva, da Mesa do Conselho, da Comissão de Finanças e Orçamento, que através da justiça seja pedido quebra de sigilo bancário da entidade e se apure os responsáveis por esses desmandos, por essas irresponsabilidades, por essas coisas indecentes que estão acontecendo.

Já existe queixa na Procuradoria da Justiça Federal e Estadual, na PIC, no Fórum Criminal, e vários que estão tramitando também na justiça comum no Fórum de Curitiba. E nós não poderíamos deixar que isto passasse sem que o público e associado soubesse, porque, pasmem os senhores, tudo isso é feito sem que seja publicado balanço, nem balancete em jornais internos, não é publicado em jornal público, o quadro dos cinquenta mil associados não sabe dessas coisas que estão acontecendo.

No ano passado, em maio, nós denunciemos que tinha falcatura através dos jornais do Estado do Paraná, do dia 26 de maio, nós denunciemos que tinha corrupção na Associação. Fomos punidos lá, porque eu era presidente do Conselho, me destituíram porque eu fiz essa denúncia. E agora está comprovado aqui pelos boletins que eu mostrei aos senhores.

E também nós denunciemos notas fiscais falsas, notas fiscais calçadas. A prefeitura autuou compras que a Associação fez por notas fiscais frias. Notas de três mil reais, foram tirados do caixa doze mil reais; nota de cinco, seis mil reais, foram torrados quinze mil reais do caixa. Tudo isso a Prefeitura autuou. Muito bem, a Prefeitura Autuou, resolve-se o problema fiscal, e o problema criminal como é que fica? A Associação passou por cima de tudo isso.

Então, é necessário que se façam essas denúncias de público para que o quadro associativo e os senhores fiquem sabendo, e esses associados, esses conselheiros que estão fazendo essas denúncias não se passem por omissos porque não compactuamos, não concordamos com essas irregularidades que estão acontecendo. E também porque a responsabilidade desse artigo 25 dos estatutos é muito sério e muito severo, e vão responder, nós temos certeza disso.

Agradeço a paciência dos senhores de nos ouvir, agradeço o senhor presidente de nos conceder, ao deputado Irineu Colombo também, amigos, e se tiver alguma pergunta que se for permitido fazer eu estou a disposição dos senhores, bem como para comprovação do que aqui foi falado, está tudo documentado, como eu disse, para qualquer eventualidade, aqui, na Justiça, onde se fizer necessário, nós estamos falando aquilo que podemos provar.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradecemos a presença do senhor Antônio da Silva de Paulo e queremos dizer ao Plenário e mesmo ao senhor Antônio da Silva de Paulo que nós daremos o mesmo espaço a ASPP, se desejarem, para fazer a sua defesa. Isso mostra o espírito democrático desta Casa, nós damos espaço, aqui nas nossas sessões, para darmos oportunidade à sociedade paranaense de colocar, sem dúvida nenhuma, os problemas que temos.

#### O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero aqui, neste momento, embora o Plenário esteja vazio e eu lamento profundamente, cumprimentar a Presidência da Casa, a sua pessoa, porque eu estou aqui há 6 anos e nunca vi isso. Então o senhor está de parabéns por ter adotado isso e abrir esta Casa à população. Estou aqui há 6 anos, presidente, e eu tenho comigo, com a minha consciência, procuro ser a pessoa mais justa possível e eu quero aqui parabenizar Vossa Excelência por esta maneira democrática, e espírito de homem público.

#### O SR. ANTÔNIO DA SILVA DE PAULO

Se me permite, senhor presidente, vou deixar com Vossa Excelência todos estes documentos à disposição dos senhores deputados, porque se eles quiserem ocupar o espaço, como Vossa Excelência disse que vai conceder,

pode fazer por aqui perguntas e para justificar o que estamos falando, ou um outro debate, se eles se interessarem também.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (**Pela Ordem**)

Presidente, faço das palavras do deputado Chab as minhas palavras. Parabéns pelo espaço democrático, realmente esta Casa é a Casa do povo, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esse é o nosso slogan, não é a Casa dos deputados, é a Casa do povo paranaense.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.